

ARTIGO

GOVERNANÇA AMBIENTAL NO ANTROPOCENO: O CASO DOS NALUS COMO UMA ARENA DE CONFLITO ONTOLÓGICO

LUCAS JAIME INDI

REZUMU:

Propozitu di es tarbadju i pa djubi kuma ku criason di um purjetu de preserva ambienti na matu di Cantanhez (tchon nalu) mati na kil tempu ku interes di econimia ku ideologia pui djintis na disintindimentu sobri kuma ku rikeza di matu dibidi uzadu. Pa iangasa es intenson, i inturgadu kusas kuta sai na casa de djintis kuta manda na dimocrasia pabia de pensamentu kuta tchomadu holoceno (Hardt, 2019). Es kuta pui pa instrumentu ku manera de manda pa i determina kuma ku ambienti dibidi governadu ku kuma ki dibidi sedu no relason ku ambienti na dias di aos. Pa fasi es tarbadju, n'pui udjus na utrus kusas ku iskirbidu sobri ambiente, nkaba n'fasi analisi de dukmentus. N'mostra pozison di kilis ku nega pensamentu ku tene forsa aos na gubernason di ambienti ku bin di brancos na se tera. Npui na sintidu kuma i um rais de pensamentu ku nati tchiu na pui ambienti pa i tene balur di dinheru na kil kuta tchomadu capitalismu nunde ku djiresa ku forma manera di djubi ku kumpu relason entri natureza ku sociedade ganha kil ku n'tchoma balur eco-mercantil, ku sedu balur di dinheru ku matirial. Na es sintidu, pa papia sobre governason di ambienti na tempu ku geologia tchoma di Antroposenu (ku sedu tempu ku forsa di pekaduris dana tera tchiu tok ku clima na muda dimas) i pirsis inturga pensamentu ku fila ku manera di fasi kusas di djintis kusta na casa de gubernason di ambientes, mas propi pa kilis ku fila ku democrasia dipus di liberalismu.

Palabras rikus: Governason di Ambienti; Antropocenu; Gueria na Manera di Odja Mundu; Guiné-Bissau

RESUMO:

O propósito deste artigo é examinar como a criação de um projeto de preservação ambiental em Cantanhez, Guiné-Bissau, se encaixa em um contexto estrutural de interesses econômicos e ideológicos que geram conflitos entre diferentes perspectivas ontológicas sobre a utilidade da natureza. Para alcançar esse objetivo, questiona-se as instituições neoliberais que moldam a democracia sob a influência do pensamento do holoceno (Hardt, 2019), o qual tem estabelecido as principais categorias da governança ambiental contemporânea e os instrumentos políticos que determinam modos de relacionar com o ambiente. O conduto metodológico adotado neste trabalho constitui-se a partir de uma abordagem qualitativa, cujas técnicas consistem em uma revisão de literatura e análise documental. Apresenta-se perspectivas que entrelaçam uma abordagem ontológica que contesta as bases hegemônicas da governança ambiental ocidental. Sem perder de vista que, são essas bases que integram o ambiente a um eco-mercado neoliberal onde os conhecimentos que fundamentam os modos ontológicos de intermediação natureza-sociedade ganham valor eco-mercantil. Portanto, debater a governança ambiental

no Antropoceno implica problematizar os pressupostos ontológicos de governança ambiental das instituições democráticas neoliberais.

Palavras chaves: Governança Ambiental; Antropoceno; Conflito Ontológico; Guiné-Bissau.

ABSTRACT:

The purpose of this paper is to examine how the creation of an environmental preservation project in Cantanhez, Guinea-Bissau, fits into a structural context of economic and ideological interests that generate conflicts between different ontological perspectives on the utility of nature. To achieve this goal, we question the neoliberal institutions that shape democracy under the influence of Holocene thinking, (Hardt, 2019) which has established the main categories of contemporary environmental governance and the political instruments that determine ways of relating to the environment. The methodological approach adopted in this work is based on a qualitative approach whose techniques consist of a literature review and document analysis. We present perspectives that intertwine an ontological approach that challenges the hegemonic foundations of Western environmental governance. Without losing sight of the fact that it is these foundations that integrate the environment into a neoliberal eco-market where the knowledge that underlies ontological modes of mediating nature-society gains eco-market value. Debating environmental governance in the Anthropocene as a variable that determines and has effects on other ontologies implies problematizing the ontological assumptions of environmental governance by democratic neoliberal institutions.

Keywords: Environmental Governance; Anthropocene; Ontological Conflict, Guinea-Bissau.

1. INTRODUÇÃO

Antes de prosseguir para a seção seguinte, é-me necessário fazer a contextualização geográfica do objeto de pesquisa. Isso é importante para evitar possíveis suposições errôneas sobre a aplicabilidade dos resultados ou conclusões deste estudo. Em vez disso, procura-se possibilitar uma interpretação mais precisa, analisar a sua relevância e identificar se as experiências empíricas apontadas são aplicáveis no contexto local, regional ou internacional. Ademais, pode subsidiar a interpretação e comparação com as pesquisas anteriores realizadas em áreas geográficas semelhantes ou talvez diferentes que apresentam as questões culturais, sociais e políticas semelhantes.

Guiné-Bissau está localizada no oeste do continente africano, ocupando uma área de 36.125 quilômetros quadrados (13.948 milhas quadradas). Geograficamente, o país está situado entre as latitudes 12°40' norte e 10°52' norte, e as longitudes 13°38' oeste e 16°43' oeste. A nação faz fronteira com o Senegal ao norte, com a República da Guiné-Conacri a leste e sul, e é banhada pelo Oceano Atlântico a oeste. Além disso, seu território inclui uma série de ilhas próximas e um arquipélago composto por cerca de 88 ilhas e

ilhotas. (Mendy; Lobban, 2013).

Os Nalus foram os primeiros a povoarem em Cubucaré, no sul do país, na região de Tombali onde esta pesquisa é direcionada. São *dunus di tchom*. A palavra Cantanhez deriva-se da língua Nalu que significa lugar montanhoso. Cubucaré é uma península com a superfície de cerca de 1142 km² que se estende até o rio Cacine tendo a fronteira com a Guiné Conacri a Este, delimita-se ao Norte e ao Oeste pelos rios Cumbidjã e ao sul pela ilha de Melo e pelo Oceano Atlântico (TEMUDO, 2009).

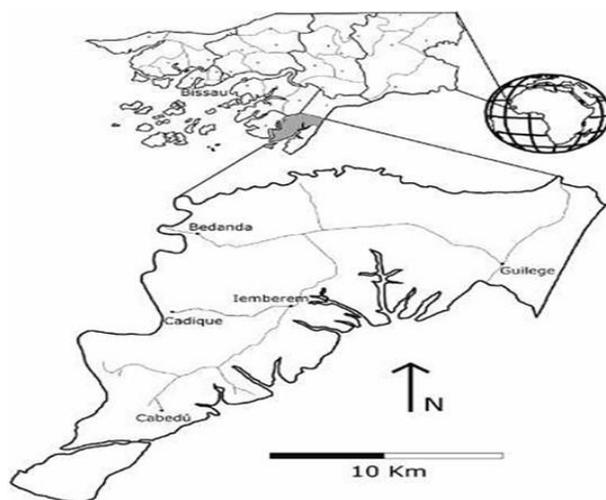


Figura 3 – Localização geográfica de Guiné-Bissau e Cubucaré\Cantanhez.

Fonte: Temudo, 2009.

O tratamento das questões ambientais está muito além da formulação de políticas públicas. Aliás, tais políticas, antes de mais nada, são inscritas dentro de uma perspectiva de compreensão e interpretação de realidades. Dado que as realidades são contextuais e situacionais e o fato de que há inexistência de uma única fórmula de apreensão empírica dessas realidades, a governança ambiental torna-se, nesse sentido, uma arena de disputa sobre qual perspectivas ontológicas devem predominar sobre outras. É daí que consiste uma boa parte da crítica à ontologia modernista de governança ambiental numa época dominada pelos humanos. Este artigo discorre sobre como a governança ambiental sob tutela de instituições neoliberais da democracia (ONU, Bretton Woods) do Norte global, dominada pelo *holocene thinking* (Hardt, 2019), tem posto categorias dominantes da governação ambiental contemporânea e os instrumentos políticos que determinam modos de relacionar com o ambiente.

A metodologia adotada neste trabalho consiste numa abordagem qualitativa. Faz-se uma revisão de literatura e análise documental. Em específico, de um documento que trata do processo de criação do Parque Nacional de Cantanhez. O objetivo é extrair elementos que apontem para o conflito ontológico entre os atores que se encontram vinculados às

questões políticas e institucionais de preservação/conservação do ambiente.

O artigo está organizado da seguinte forma: após abordar o conceito do Antropoceno e as críticas associadas a ele na primeira seção, exploro como a visão de mundo modernista predominante no Norte Global tem desempenhado um papel central na formulação e disseminação de ideias e políticas de governação ambiental no Sul Global. Ao mesmo tempo, essa seção também examina como essa perspectiva se entrelaça com uma abordagem que surge de pontos de vista ontológicos que contestam as bases hegemônicas da governança ambiental ocidental, que se baseia na mercantilização do universo natural. É importante salientar que a ontologia, entendida como uma maneira fundamental de existir, tem implicações práticas significativas no modo como as relações interpessoais subjetivas e intersubjetivas são construídas, bem como nas atividades cotidianas de política. Isso inclui o que se escolhe fazer ou não fazer, o sentido e o valor que se atribui às coisas ao redor.

Na terceira seção, aborda-se a falta de representatividade do Sul Global no diálogo sobre o Antropoceno, e explora-se como a questão da governança ambiental lida com múltiplas ontologias e realidades no contexto do Antropoceno. Esse período desafia a perspectiva de pensamento do Holoceno - *holocene thinking*-, que presume a estabilidade ambiental, ao descrever um ambiente caracterizado pela instabilidade e uma relação dinâmica entre os seres humanos e a natureza. Ainda nessa seção, introduz-se uma perspectiva crítica da colonialidade sobre visões dominantes. Trata-se de uma tentativa de reformular a noção de Antropoceno a partir das críticas do Sul Global.

A quarta seção enfatiza a importância dos aspectos da democracia, partindo do princípio de que, no contexto do Antropoceno, a base ontológica da governança ambiental deve incluir uma abordagem democrática que busque abordar desigualdades de poder e promover novas perspectivas democráticas centradas em entidades não humanas (Latour; Weibel, 2005). A emergência do Antropoceno é vista como tendo implicações significativas tanto conceituais quanto práticas na democracia e, por extensão, na governança ambiental. As ontologias pós-sociais, pós-naturais e pós-políticas do Antropoceno (Lövbrand *et al*, 2015) estão intrinsecamente ligadas a essa compreensão. A discussão sobre ética e justiça (Barad, 2007; Haraway, 2016) e a noção de parentesco expandido (Haraway, 2016) podem oferecer orientações valiosas e possivelmente ajudar a mitigar as crises de diálogos ontológicos.

A quinta seção evidenciou como o conceito de Antropoceno está promovendo diversos debates filosóficos, culturais e políticos sobre como compreender e abordar a influência humana na Terra, tornando-se um *zeitgeist cultural*. Ela examinou os aspectos

ontológicos relacionados à interação entre seres humanos e não humanos. Neste contexto, as ideias de *intra-ação* e *entrelaçamento* de Barad (2007) atribuem um papel ativo à agência na cocriação da realidade. Além disso, a noção de *experiência sensorial* de Abram (1996), com foco na linguagem, critica o viés excessivo da nossa cultura em favor da visão e audição, negligenciando outras experiências sensoriais, o que resulta em uma percepção empobrecida e restrita do ambiente e natureza.

A última seção aborda o conflito que surge quando diferentes perspectivas ontológicas se confrontam em um projeto de conservação. Trata-se de releitura da obra de Marina Temudo que nos permite considerar que, a visão globalocêntrica, (Escobar; Pardo, 2005), que segue uma abordagem técnica e científica, tenta suprimir as ontologias tradicionais Nalus e seu sistema de governança ambiental baseado na gerontocracia local, no contexto de Guiné-Bissau.

“A necessidade de redefinição ontológica, associada à necessidade da redescrição de um novo projeto societário para o mundo pós-covid-19, apresenta como um de seus imperativos, as temáticas da alteridade e da outridade” (Alves, 2022, p. 1). É nesse sentido que debater a governança ambiental no Antropoceno como uma variável que determina e apresenta efeitos em outras ontologias implica problematizar os pressupostos ontológicos de governança ambiental das instituições democráticas neoliberais como Bretton Woods. Pois, com a introdução do programa de reajuste estrutural, que vinculava a adesão à democracia e à abertura econômica, houve um estímulo à apropriação ilegal de terras, prometendo acesso a crédito estrangeiro para aumentar a produção. Em um contexto em que a interpretação da democracia desencadeou conflitos interétnicos sobre a gerontocracia de bens naturais em Cantanhez, Guiné-Bissau. Adicionalmente, o projeto denominado Salva Guarda das Florestas de Cantanhez, promovido pela organização Mundial para a conservação da natureza (IUCN), uma entidade do hemisfério norte, que adota uma abordagem mais orientada para a técnica e com uma certa influência política, não reconhece as estruturas tradicionais de governança de bens naturais.

Ou seja, descrever o panorama de aquisição de terras pela elite política e econômica bissau guineense, determinada pela política de reajuste estrutural, cujos efeitos estão relacionados à discussão de lei da terra, discrepância na interpretação do conceito de democracia e a criação de um projeto de conservação, é mostrar como, uma circunstância estrutural de interesses econômicos e ideológicos coloca em conflitos perspectivas ontológicas distintas sobre o valor de uso da natureza. Tal natureza passa a integrar a um eco-mercado neoliberal no qual os conhecimentos que fundamentam os modos

ontológicos de intermediação natureza-sociedade ganham valor eco-mercantil. Mas onde? Para quem?

1.1. O Antropoceno

No contexto deste trabalho, a compreensão da noção de outridades serve de base para as análises críticas e reflexões sobre a governança ambiental no Antropoceno, ao usar o caso de Nalus como um exemplo de uma arena de conflito ontológico. A problemática gira em torno da criação e implementação de um Parque Nacional das Florestas de Cantanhez através de um projeto de conservação marcado por conflito ambiental entre os proponentes e outros atores, como ONGs e Estado, e a população local. Trata-se de conflito que apresenta a dimensão de disputa ontológica sobre como deve ser a gestão de bens naturais na região de Tombali em Cubucaré.

No entanto, é-me necessário esclarecer que, daqui em diante, explora-se o conceito de Antropoceno, destacando as críticas que surgem em relação a ele e mostrando como ele está relacionado a questões ontológicas que envolvem a interação entre seres humanos e o mundo não humano.

O químico e prêmio Nobel, Paul Jozef Crutzen e o biólogo Eugene Stoermer (2002) cunharam o conceito de Antropoceno para designar uma nova era geológica associada a influência do poder da humanidade sobre a biosfera, isto é, as práticas antropogênicas. O Antropoceno é um período que assinala uma nova etapa na história da Terra e da humanidade, na qual, Dipesh Chakrabarty (2013) considera que as forças naturais e as forças humanas tornaram-se emaranhadas, de modo que o destino de um determina o destino do outro.

O Antropoceno é um conceito que exige novas sensibilidades e novas políticas em termos de relação de instituições e sociedade com a natureza. Ele exige novas condições de possibilidades que implicam novos paradigmas do ponto de vista analítico e empírico. Uma destas abordagens é a virada ontológica¹ no mundo das ideias filosóficas,

¹Alguns aspectos fundamentais da virada ontológica na perspectiva antropológica incluem: diversidade ontológica, que postula a existência de múltiplas ontologias ou diferentes formas de conceber e interagir com o mundo. Nesse sentido, a virada ontológica surge como uma crítica às abordagens que tendem a assumir uma única ontologia universal. Na perspectiva da cosmopolítica, antropólogos estudam como a ontologia afeta a política, o poder e as relações sociais. Isto envolve uma compreensão mais profunda de como os postulados ontológicos moldam a organização social e as práticas culturais. No que diz respeito a desnaturalização da cultura, a virada ontológica desafia a naturalização de categorias e identidades culturais, destacando as formas como essas categorias são construídas social e ontologicamente. Isto desafia as noções tradicionais de cultura como um conjunto fixo de características partilhadas. A virada ontológica enfatiza também a agência dos não-humanos, isto é, as ações e significados atribuídos a objetos e entidades não humanos. Isso pode incluir animais, plantas, espíritos, objetos materiais e outros elementos do mundo não humano. Podemos destacar algumas obras desses autores no estudo da virada ontológica. Por exemplo: em *A Inconstância da Alma Selvagem: e outros ensaios de antropologia*, de 2002, Eduardo Viveiros de Castro nos

antropológicas e dos Estudos Sociais da Ciência e da Tecnologia de modo geral.

Se a visão de mundo antiga e ultrapassada, chamada de pensamento Holocênico (*Holocene thinking*), pressupõe um ambiente estável que funciona como suporte para a ação humana (HARDT, 2019), o Antropoceno agora desafia esse imaginário, na medida em que descreve uma relação dinâmica entre humanos e natureza, não permitindo uma diferenciação dicotômica (HARDT, 2019, *apud* HARRINGTON; SHEARING, 2017).

O Antropoceno, ao chamar atenção do público global sobre alterações inevitáveis na estrutura e funcionamento do processo geoquímico e geocológico do sistema da Terra acabou colocando no cenário dos desafios atuais formações discursivas ideologicamente marcadas por posturas e interesses vinculadas às questões políticas institucionais relacionadas ao ativismo, ações de cooperação internacional e das políticas públicas. Ora, desde já que o Antropoceno exige novas histórias e relação entre cultura e natureza, o debate científico e o discurso político não apenas estão ligados a ele e assinalam diferentes tipos de interpretação de realidades, mas ele faz parte da própria realidade, do cotidiano político, do ativismo, das práticas de conservação e do próprio discurso de sustentabilidade.

O Antropoceno não só assinala que a divisão dicotômica entre cultura e natureza (LATOURE, 1994), visível nas ciências naturais, sociais e humanas, mas, grosso modo, assinala a urgência de outras ontologias, além do naturalismo ocidental, serem reconhecidas no estudo e na percepção de problemas globais, como a das mudanças climáticas. Por isso, ele marca um desafio importante de pôr fim ao “*holocene thinking*” (HARDT, 2019), uma vez que o mesmo se centra no Humano, na competição entre atores e governança de múltiplo nível, enquanto o Antropoceno exige um pós-humanismo que envolve o humano e o não humano, pluralidade e solidariedade entre atores e uma governança global.

A contribuição dos autores na seção a seguir, como as de Escobar e Pardo (2005; 2008) sobre perspectivas que determinam modos de governança ambiental; as considerações de Enrique Leff (2015) sobre características distintas de atores que atuam no âmbito de gestão ecológica e a chamada de atenção por Anna Tsing (2019) sobre

apresenta uma série de ensaios que abordam questões ontológicas em contextos indígenas. Livro este considerado uma obra seminal na virada ontológica. Em *Além da natureza e da cultura*, publicado em 2005, Philippe Descola debate as diferentes ontologias culturais. Em *The Gender of the Gift: Problems with Women and Problems with Society in Melanesia, de 1988*, Marilyn Strathern influenciou discussões sobre ontologia ao explorar a relação entre gênero, sociedade e cultura em sociedades melanésias. E em *Reagregando o Social: Uma Introdução à Teoria do Ator-Rede* de 2005, Bruno Latour trata de questões que têm implicações na virada ontológica ao abordar ideias sobre como as redes de atores constroem realidades sociotécnicas.

universalismo a que abarca o conceito de Antropoceno nos alerta sobre *subje-complexidade ecológica no Antropoceno*,² face às realidades plurais que requerem diálogo horizontal. Daí a importância de debater os pressupostos ontológicos de governança ambiental como forma de identificar e problematizar ontologias hegemônicas e abrir espaço para um debate que leve em consideração as ontologias do Sul Global que, ao longo do tempo, têm sido eclipsadas no chamado processo civilizatório.

Neste sentido, o ponto de partida pode ser repensar diferentes visões sobre o ambiente. Ou seja, resta sabermos se é necessário optarmos-nos pelo ecologismo profundo (Prates, 2021) de John Muir, que interpretava a natureza como sagrada, uma concepção que encara a natureza como bela e harmônica, devendo permanecer necessariamente intocada. Ou o Ecologismo reformista, que parte de uma visão otimista de que as tecnologias serão capazes de avançar a ponto de manter o modo de vida atual, produzindo menos efeitos negativos ao ambiente. Esta postura *eco-otimista* é o que se chama do “bom Antropoceno”, a possibilidade de que a *geo-engenharia* reverteria catástrofe climática ou encontrar uma solução correlata. Ou então, a noção de *Earth system governance* (Lungershausen, 2019), que propõe investimento na engenhosidade política para promover mudanças sociais capazes de diminuir a interferência humana no sistema terrestre.

Até aqui, resta investigarmos se a ideia de que o *homo sapiens* perturbou o ciclo reprodutivo da natureza e assumiu o destino geológico do planeta indica que esse destino nos levaria para um lugar onde é possível construir um modo de vida “ideal” sem riscos. Tal lugar é o nosso presente ou ainda está por vir? Maike Weibpflug (2019) nos lembra que a forma como vivemos e as tecnologias que escolhemos e rejeitamos cria uma forma específica de navegarmos para o futuro enquanto agentes de cultura global.

Maike Weißpflug (2019) sublinhou que o *insight* do Antropoceno reside no fato de que a natureza é transitória e, portanto, histórica. Ou seja, não apenas o conceito da natureza está sujeito a mudanças, mas o da história também foi redefinido à luz da nova compreensão da natureza como dinâmica e mutável. Isso nos dirige a uma nova discussão sobre como as sociedades humanas se relacionam com o ambiente natural e que responsabilidade têm sobre a sua crise. Lembrando que Hickmann (2019) já argumentou que o debate atual está muito focado na questão de como a humanidade pode se adaptar às

²Envolve a intrincada interação de relações e perspectivas relacionadas ao ambiente que moldam pontos de vista em relação a uma questão ecológica específica, abrangendo aspectos políticos, prioridades na diplomacia ambiental, foco em pesquisas, aceitação ou negação de eventos ligados às mudanças climáticas, negacionismo, falta de sensibilidade ambiental e encontro de interesses e visões conflitantes (crises de diálogos ontológicos) que competem pela legitimidade de acesso e uso de um elemento particular do meio ambiente –água, floresta, animais e etc.

várias mudanças ambientais, enquanto as verdadeiras causas políticas e sociais das mudanças são largamente negligenciadas.

Isso nos chama atenção para o diálogo entre a ciência e a política num nível em que a primeira não seja “colonizada” pela última. Portanto, exige-se que as questões da crise ambiental – insustentabilidade e a sustentabilidade e, propostas de soluções – sejam arquitetadas num nível multi-escalar; interdisciplinar; transdisciplinar e interinstitucional.

Ora, o Antropoceno, por surgir no meio das incertezas, marca a possibilidade de existirem novas *utopias* e *ontologias* porque, a partir do momento em que se percebe que a liberdade proclamada pelo Iluminismo está agora em crise, por ser ela o motivo de atingirmos as fronteiras planetárias, a preocupação sobre a condição dos mais que 7 bilhões de humanos e múltiplos organismos vivos expressa uma necessidade de redefinir o contrato social para construir instituições político-econômicas verdadeiramente comprometidas com um novo afeto político entre sociedades e naturezas.

Ora, a nova utopia seria também uma eutopia? Novas ontologias e utopias devem nos dirigir necessariamente para programas que incluam os não humanos, isso implica descentralizar o humano na esfera de produção de condição de existência. Anna Tsing (2019, p. 225) argumentou que [...] "uma sustentabilidade significativa requer o ressurgimento de múltiplas espécies, isto é, a reconstrução de paisagens habitáveis através das ações de muitos organismos." A escritora ainda esclareceu que a maioria dos especialistas em sustentabilidade costuma focar exclusivamente em iniciativas e projetos humanos. Apesar de que muitas formas de vida humanas perduram ao longo das gerações, porque estão harmonizadas com o processo de ressurgimento de diversas espécies.

1.2. Visões que determinam as formas de governança ambiental no Antropoceno

Este tópico visa se debruçar sobre o modo pelo qual a ontologia moderna do Norte Global tem desempenhado um papel fundamental na criação e disseminação de conceitos e políticas de governança ambiental no mundo, ao mesmo tempo que entrelaça perspectivas de ontologias que aparecem como uma crítica dos fundamentos da gestão ambiental hegemônica. Trata-se de uma reformulação da noção de Antropoceno a partir das críticas do Sul Global.

Arturo Escobar e Maurício Pardo (2005) descrevem quatro visões que ilustram como as ações a nível institucional são postas em prática em relação ao tratamento de questões ambientais associado ao desenvolvimento. Entre os quais lista-se: visão *globalocêntrica*, concepção *nacionalista*, perspectiva de *biodemocracia* e da *autonomia cultura*.

Para os autores, a visão *globalocêntrica* é aquela que centraliza a preocupação na proteção e gestão da biodiversidade a nível internacional, nacional e local, criando estratégias para contrapor às ameaças à biodiversidade baseado na perspectiva hegemônica da ciência e na agência governamental. No âmbito dos interesses nacionais das nações do terceiro mundo, a concepção *nacionalista* cria pautas de negociação e estratégias de conservação da biodiversidade que se baseiam nas recomendações da visão globalocêntrica. (Escobar; Pardo, 2005).

A perspectiva de *biodemocracia* ou das progressistas ONGs do Sul reinterpreta as ameaças à biodiversidade que resultam na destruição de habitats por meio de megaprojetos de desenvolvimento na área agrícola agenciados pelo capital e fundamentados no consumismo do Norte. Nesta visão da *biodemocracia*, o Norte Global passa a servir de espelho para o Sul na arena da utilização de biodiversidade. Já a visão sustentada pela perspectiva da *autonomia cultural* aparece como uma crítica ao conceito de “biodiversidade” e do universalismo eurocêntrico enquanto uma criação hegemônica, procurando construir novos espaços no interior da rede de biodiversidade que admitem a edificação de formas de desenvolvimento associado à cultura, aos lugares e aos projetos de vida, de modo a contestar orientações eurocêntricas. (Escobar; Pardo, 2005).

Para Enrique Leff (2015) não existe homogeneidade da percepção do problema ambiental por ele envolve um espectro de concepções e estratégias de solução diversas. A manifestação da crise ambiental é determinada pelo contexto geográfico, cultural, econômico, político, bem como por forças sociais e os potenciais ecológicos apoiados por estratégias teóricas e práticas diferenciadas. Portanto, nem um discurso e uma ação podem uniformizar a prática ambiental.

O pesquisador ainda explicou que "os princípios gerais do ambientalismo encontram condições ecológicas e culturais mais ricas e perspectivas conceituais politicamente mais complexas nos países do terceiro mundo do que nos países altamente industrializados." (LEFF, 2015, p. 112). Para Leff, o ecologismo do Norte Global apareceu como estética e ética da natureza baseada na busca de novos valores decorrentes das condições de "pós-modernidade", que criou uma sociedade de abundância livre das necessidades básicas de sobrevivência. Trata-se de um movimento que pretende salvar o planeta do dano ecológico e promover uma possível recuperação do contrato com a natureza sem, no entanto, questionar a ordem econômica dominante.

Ao passo que os movimentos ambientalistas do Sul surgem devido ao conflito pelo acesso e uso dos recursos naturais. Tais movimentos contestam a exploração exacerbada

de tais recursos, autoafirmando os modos de vida culturais e os processos de autogestão de suas condições de vida, cujos princípios ontológicos diferem e contrapõem formas de exploração da natureza adotadas pelas empresas. Suas lutas constituem uma crítica à ordem econômica internacional e procuram uma racionalidade de produção alternativa.

Em diálogo com esta última visão defendida por Leff, (2015) e Escobar; Pardo (2005), Anna Tsing (2019) mostrou em *Viver nas ruínas: paisagens multiespécies no Antropoceno* que novas ontologias são possíveis, isto é, novas condições de possibilidades que implicam novos paradigmas ontológicos. Ela ainda explicou que existe uma recusa ao universalismo que o próprio conceito do Antropoceno abarca semanticamente justificada pela alteridade e diferença de outras formas de relação com seres humanos e a natureza. Ainda que a transformação industrial seja capaz de afetar diferentes formas de interagir com a natureza, é fundamental atentar aos modos de vida que advém das ontologias rejeitadas pelo *holocene thinking*, espaços e ideais pelos quais se entrelaçam e arquitetam condições para viver e sobreviver nas ruínas do imperialismo industrial no interior desse universalismo.

1.3. Reformulando a noção de antropoceno a partir das críticas do Sul Global.

O Antropoceno é um conceito que surgiu como uma narrativa *globalocêntrica* (Escobar, 2008) ou universalista. Tal noção tem uma tendência de ser alérgica” às cosmovisões e narrativas que focam nas realidades específicas, de sujeitos cujas experiências estão atreladas aos conflitos socioambientais. Indico isso devido ao seu caráter mais eclético de abordar mudanças climáticas e devido a sua tendência de atribuir, de forma ampla, à espécie humana, pensada globalmente, como ator responsável pelas alterações ecossistêmicas locais e globais.

Nesse sentido, o debate sobre o Antropoceno tende a negligenciar o modo como diferentes povos do Sul Global arquitetaram suas condições para sobreviver nas ruínas das mudanças climáticas, nas periferias do sistema imperial\colonial (Tsing, 2019). Tratam-se de sujeitos cujos saberes não encontram espaços nos laboratórios científicos, contudo as ontologias que orientam suas práticas de gestão ecológica podem contribuir para mudar os rumos de governança ambiental. Isto acontecerá se as políticas de mudanças climáticas deixarem de ser implementadas e administradas, até certo ponto, a partir de uma ordem de “cima para baixo”.

Jens Marquardt (2019) já questionou até que ponto as vozes e narrativas do Sul Global estão sub-representadas no debate do Antropoceno. O que nos leva a perguntar: o

que pode ser aprendido empiricamente e teoricamente com o Sul Global? Quais são as narrativas centrais que constituem um papel coletivo do Sul Global? Alier (2018) já observou que é raro falar sobre as formas tradicionais de relacionar com o ambiente ao se discutir os problemas ecológicos urbanos e globais relacionados aos novos riscos tecnológicos, em particular, o aumento do efeito estufa.

O trabalho de Jens Marquardt (2019) tem a ver com as contribuições empíricas e teóricas do Sul Global para discutir de que modo as ideias e perspectivas de fora do hemisfério ocidental entram ou não no discurso do Antropoceno. E como o Sul Global é percebido, descrito e enquadrado no debate do Antropoceno. O autor fez uma análise dos 1.209 artigos que tratam do tema do Antropoceno, conforme os idiomas e afiliações institucionais dos autores, e descobriu que 97% dos trabalhos foram escritos em inglês (Menos de 1% em alemão, espanhol e francês). As pesquisas cujos autores têm afiliação nas instituições do Norte são 88, 7% (Estados Unidos, Inglaterra e Austrália), ao passo que aquelas realizadas em instituições do Sul Global constituem apenas 11,3%.

Os estudiosos do Sul Global estão acentuadamente sub-representados no debate do Antropoceno, sendo a língua um dos instrumentos de exclusão por não incluir adequadamente vozes e ideias dos não falantes de inglês no debate em questão. Portanto, a língua enreda a comunicação e a troca de experiências entre as comunidades no nível acadêmico e não só. O conhecimento indígena e as perspectivas alternativas do Sul Global de modo geral enfrentam, no entanto, um sério obstáculo para serem ouvidos nos debates do Antropoceno.

Kathryn Yusoff (2018) investigou a conexão entre o colonialismo, o racismo e as transformações climáticas, questionando as concepções tradicionais de gestão ambiental. Ela problematizou a visão convencional do Antropoceno como uma era moldada principalmente pela atividade humana, em geral, argumentando que essa perspectiva simplifica a variedade de experiências e obrigações humanas na crise ambiental. Além disso, ela enfatiza como as comunidades negras têm sido historicamente marginalizadas e exploradas em relação à degradação do meio ambiente.

Yusoff (2018) examinou as interações entre a geologia, o colonialismo e o racismo, sustentando que a exploração extensiva de recursos naturais muitas vezes ocorre em terras indígenas e em nações subjugadas, levando à expropriação e ao empobrecimento de comunidades negras e indígenas. Ao introduzir o conceito de “capitalismo racial” para descrever como a exploração de recursos naturais e a exploração da mão de obra negra estão intrinsecamente entrelaçadas, ela argumentou que o capitalismo e o racismo são

sistemas interligados que perpetuam a degradação ambiental. Yusoff propõe, no entanto, uma abordagem decolonial à teoria ambiental, advogando pela importância de desafiar estruturas de poder que perpetuam a exploração do ambiente e o racismo. Além do mais, ela defende a africanização do conceito do Antropoceno, como forma de destacar o papel das comunidades africanas e da diáspora na moldagem das dinâmicas globais de exploração ambiental e resistência.

Embora a preservação já estivesse sendo praticada pelos povos do continente africano antes da colonização europeia, a abordagem da preservação que se concentra na criação de parques e reservas naturais representa a versão moderna da preservação ambiental. De acordo com Yamakoshi e Leblan (2013), essa política teve início durante a era colonial, quando os governos coloniais de diversas nações do continente estabeleceram amplas áreas naturais com o principal objetivo de proteger espécies ameaçadas de extinção e também de preservar paisagens por motivos estéticos e recreativos.

Os governos africanos de “pós-independência”, ao assumiram a estrutura administrativa “pós-colonial”, herdaram consequentemente essa abordagem colonial de preservação que se fundamentava na intervenção técnica sobre o ambiente. Ainda sob a influência da diplomacia internacional sobre mudanças climáticas, a abordagem técnico-científica frequentemente se sobrepõem a outras formas de gestão dos recursos naturais. Além disso, a crescente perpetuação do capitalismo na subjetividade de grupos étnicos, ameaça e, ou exclui, de certa forma, as concepções étnicas-filosóficas, e, portanto, ontológicas, que exercem influência na forma de gerontocracia do ambiente nos projetos de conservação e preservação.

Linda Wallbott (2016) deu ênfase ao papel dos movimentos indígenas na elaboração de políticas globais vis-à-vis ao ambiente. Ela afirmou que enquanto o conceito de Antropoceno pressupõe uma influência particular da atividade humana nos recursos naturais da Terra e, assim, tende a ceder a um dualismo sustentado entre estrutura e ação, a relação inerente dos povos indígenas e sua cultura com o ambiente sempre foi um fator crucial para a identidade do grupo, mas também para sua posição como ator político.

Embora haja uma perpetuação do estereótipo da agência indígena, é inevitável notar que o movimento dos povos indígenas é descrito como um espaço influente para protestos políticos e a mobilização de grupos que foram historicamente marginalizados, destacando uma notável história de ativismo e organização em antigas colônias. Grupos locais se uniram em um movimento social transnacional que, à medida que perceberam

cada vez mais as semelhanças em suas experiências históricas e posições estruturais dentro de seus países, buscam-se influenciar a política doméstica (Wallbott, 2016).

Acordos internacionais, políticas e legislação nacionais, estruturas de tomada de decisão local, instituições transnacionais e ONGs ambientais são todos exemplos das formas pelas quais a governança ambiental ocorre. A inclusão das vozes das comunidades locais na governança ambiental é vista como uma forma de fornecer informações específicas de tempo e lugar que podem ajudar a resolver problemas ambientais complexos, ao mesmo tempo em que permite uma alocação mais equitativa dos benefícios dos recursos ambientais (Lemos; Agrawal, 2009).

1.4. Um foco para aspecto da governança

Após 1945, houve um notável crescimento nas instituições internacionais e supranacionais, incluindo um significativo aumento no sistema das Nações Unidas, agências especializadas, programas e comissões. O número de tratados multilaterais aumentou substancialmente, notadamente na década de 1990, com um aumento de quase 150% nos acordos ambientais em vigor. No âmbito da governança ambiental, o Grupo de Gestão Ambiental das Nações Unidas agora engloba 46 organizações intergovernamentais e secretariados de tratados. No entanto, no início do século XXI, houve uma redução na formação de organizações intergovernamentais e um desaceleramento acentuado no crescimento de tratados ambientais multilaterais (Abbott, 2014).

O Antropoceno desafia a perspectiva modernista que têm moldado os ideais, práticas e instituições democráticas ocidentais desde o fim da Guerra Fria. Embora valores democráticos das instituições do Norte Global não sejam universalmente aceitos, eles foram disseminados globalmente desde os anos 1990 e influenciaram a governança global em organizações como as Nações Unidas e as instituições de Bretton Woods – Banco Mundial e Fundo Monetário Internacional.

Oscar Widerberg (2016) fez uma abordagem baseada em redes para mensurar o grau de fragmentação e complexidade institucional identificando principais atores e instituições na governança ambiental. Widerberg (2016, p. 98) argumentou que “a Grande Aceleração nas instituições ambientais globais - impulsionada tanto por atores estatais quanto não estatais - torna a complexidade institucional uma característica ubíqua na governança global no Antropoceno”³. Ostrom (2016) ainda sustentou que a melhor

³ The Great Acceleration in global environmental institutions – driven by both state and non-state actors – makes institutional complexity a ubiquitous characteristic to global governance in the Anthropocene. (Widerberg, 2016, p.98).

maneira de descrever a gestão global do clima é como um sistema policêntrico, onde existem várias autoridades governamentais operando em diferentes níveis, em vez de um sistema centralizado.⁴

Widerberg (2016) apresentou uma amostra ilustrativa que consiste em 31 instituições públicas internacionais e transnacionais com 8.850 membros únicos. Os membros são definidos como atores com posição formal para influenciar as regras, normas, operações ou desempenho de uma instituição. Eles têm acesso à rede que uma instituição oferece e se beneficiam dos privilégios que ela pode acumular. Ele evidenciou como o sistema complexo de governança global do clima incorpora pelo menos 31 entidades em que quase todos os membros do G20, à exceção da Turquia e da Arábia Saudita, estão classificados entre os 30 principais países em termos de envolvimento nas redes, indicando uma possível relação entre a participação em instituições internacionais relacionadas ao clima.

Ao focar na análise da complexidade, urgência e responsabilidade no Antropoceno, apresentou três considerações conclusivas: a primeira, a análise de redes poderia ajudar a desvendar relações complexas e permitir uma forma estruturada e formal de estudar a complexidade institucional no Antropoceno. A segunda, a urgência de resolver questões como as alterações climáticas e a perda de biodiversidade no Antropoceno exige abordagens rápidas e claras para comunicar relações complexas a públicos que vão além do meio acadêmico. Terceiro, a presença de centros de instituições e atores em complexos institucionais levanta questões sobre responsabilidade e liderança, legitimidade e prestação de contas na governação (Widerberg, 2016).

David Chandler (2018), ao abordar a noção de ontopolítica no Antropoceno, sustentou que a presença das mudanças climáticas não foi representativa da natureza ontológica do desafio do Antropoceno. Em vez disso, ele argumentou que a interpretação política dessas mudanças tende a assumir um caráter ontológico, onde o poder é percebido como operando de forma hierárquica e o conhecimento se concentra em abordagens lineares e universais. Essas concepções são a base das formas modernas de governança, que se baseiam em princípios de comando e controle.

Os fundamentos ontológicos da governança ambiental no Antropoceno devem requerer uma concepção democrática que busque enfrentar as disparidades de poder e

⁴ According to Ostrom (2016), the worldwide climate governance has evolved into a complex network of institutions, currently marked by disintegration and functional intersections instead of unity and hierarchy. Ostrom (2016), went as far as to suggest that global climate governance is most accurately depicted as a polycentric system comprising multiple governing bodies at various levels, as opposed to a single centralized entity.

promover a capacidade de colaboração mútua entre os atores. Ou seja, o Antropoceno se apresenta como uma oportunidade para reimaginar e reconstruir novas visões democráticas, bem como enfrentar as deficiências dos sistemas existentes (Mert, 2019). Isso se torna fundamental em qualquer debate sobre democracia no Antropoceno, especialmente dada a crescente desilusão que os cidadãos têm demonstrado em relação às instituições democráticas tradicionais.

Eva Lövbrand *et al* (2015) explicaram que o Antropoceno tem implicações conceituais e práticas na democracia e, conseqüentemente, na governança ambiental. A compreensão desse conceito como um fenômeno social e culturalmente delimitado surge como resultado de críticas à sua abordagem positivista, que se baseia em três argumentos fundamentais em relação à sua proposição: a ontologia pós-natural, pós-social e pós-política do Antropoceno. Cada um desses argumentos traz consigo implicações significativas para o estudo da democracia no contexto da emergência climática.

O primeiro ponto aborda a ontologia pós-social do Antropoceno, a qual envolve uma intervenção que desvincula semanticamente a mudança ambiental das categorias sociais, bem como das desigualdades históricas associadas a elas. Tais categorias englobam nacionalidade, idade, classe social, raça, gênero, poder e capital (BIERMANN; LÖVBRAND, 2019). Dentro desse contexto, as diferenças nas responsabilidades pelas mudanças ambientais (suas causas) e as discrepâncias nas experiências dessas mudanças (seus resultados) não são consideradas no enfoque positivista. Portanto, a ontologia pós-social do Antropoceno suscita questões sobre a viabilidade política de soluções democráticas complexas que busquem promover a equidade e a justiça, com base em narrativas diversificadas da história (Wallbott, 2016).

A segunda base ontológica que sustenta a concepção da era do Antropoceno concentra-se na “pós-política da urgência ambiental”. Nesse contexto, a proximidade iminente de um colapso ecológico torna inviável a criação de novos mecanismos de governança. Ou seja, a ontologia pós-política do Antropoceno parte do princípio de que o crescimento social e econômico sem precedentes desde a Segunda Guerra Mundial colocou os sistemas ecológicos em níveis igualmente sem precedentes de risco. Para evitar uma catástrofe ecológica de alcance global, é crucial reduzir drasticamente a intervenção humana e a introdução de compostos bioquímicos nos ecossistemas. (BIERMANN; LÖVBRAND, 2019).

A democracia sob ontologia pós-social e pós-política do Antropoceno também exclui a possibilidade de pluralismo epistêmico. Enquanto o conhecimento daqueles que

se beneficiam desproporcionalmente das relações de dominação é considerado universal, fontes e formas de conhecimento sub-representadas das regiões menos industrializadas, modernizadas ou ocidentalizadas são marginalizadas. Como resultado, as soluções tecnocientíficas parecem ser a melhor, se não a única, maneira de abordar os desafios do Antropoceno (MERT, 2019).

A ontologia pós-natural do Antropoceno refere ao fim da natureza como uma categoria pura, singular e estável. No Antropoceno, a natureza é domesticada, tecnologizada e capitalizada a ponto de não poder mais ser considerada natural. "Não somos mais nós contra a 'Natureza'. Em vez disso, somos nós que decidimos o que a natureza é e o que ela será" (Crutzen e Schwägerl, 2011, p. 3 *apud* Mert, 2019).

Apesar das raízes filosóficas desta perspectiva fundamentarem-se na concepção de Platão, Aristóteles e Descartes, há que se considerar que as dicotomias entre natureza/cultura e mente/corpo estão gradativamente desaparecendo. Anna Tsing (2019, p. 119) afirmou que "os seres vivos não humanos são seres sociais se tomarmos em consideração que o social é produzido nas relações intrincadas com outros significantes". Portanto, não é a natureza separada dos humanos que deve mudar de direção, mas sim, aquela inseparável dos humanos.

Em *Making things public: atmospheres of democracy*, Latour e Weibel (2005) argumentaram que a democracia não é apenas um sistema de governo, mas também uma questão de construção e negociação de consenso público em relação a questões complexas e globais, como mudanças climáticas, biotecnologia, genética e tecnologia da informação. Eles propõem a ideia de "política do objeto", na qual os objetos técnicos, científicos e tecnológicos desempenham um papel central na formação das opiniões públicas e na tomada de decisões políticas. Ao trazer à tona a agência dos objetos e das redes técnicas, eles argumentam que é essencial incorporar essas considerações na democracia contemporânea.

Latour e Weibel (2005) alegaram que numa democracia orientada aos objectos, é essencial admitir que fatores não humanos, como a tecnologia e as forças naturais, também desempenham papéis ativos e influentes na formação de decisões políticas. Isto implica que as decisões não se limitam às ações humanas, mas também emergem de uma complexa rede de interações entre agentes humanos e não humanos. Os autores propuseram a ideia do "parlamento das coisas", que em uma democracia centrada nos objetos, deveria existir um espaço ou estrutura em que tanto entidades humanas, quanto não humanas pudessem se envolver nos processos de decisão. Isso demandaria a criação

de métodos para representar os interesses e pontos de vista de entidades não humanas, como ecossistemas, tecnologias ou seres vivos.

Vale destacar que a concepção de uma democracia orientada para objetos continua sendo um debate teórico e filosófico nos domínios dos Estudos de Ciência, Tecnologia e Sociedade (CTS) e da filosofia política e desafia as concepções tradicionais de democracia, demandando abordagens inovadoras e adaptáveis à governança, considerando tanto a agência de agentes humanos quanto não humanos.

Latour (1999) explorou como os conceitos de natureza e sociedade estão interconectados e como isso afeta a governança ambiental, desafiando as noções tradicionais da ciência ao abrir espaços para a compreensão de relações mais complexas e interligadas entre os seres humanos, a natureza e o conhecimento científico. Argumentou que a política não deve limitar-se às questões humanas, mas deve incluir a preocupação com a natureza e o ambiente. Ele observa que é essencial reconhecer a agência das espécies não humanas na política e na tomada de decisões políticas.

Donna Haraway (2016), por seu turno, enfatizou a necessidade de reconhecer e apreciar a relação simbiótica entre todas as formas de vida, isto é, abandonar as noções tradicionais de parentesco de base biológica e expandir para o que ela chama de “parentesco estendido”. Isto significa criar parentesco com outras espécies e entidades não humanas. A ética do Chthuluceno – conceito que serviu de base para criticar a noção de Antropoceno – baseia-se, portanto, na justiça ambiental, porque, segundo ela, a desigualdade social está indissociavelmente ligada à desigualdade ambiental. Ainda sustenta que é difícil evitar os problemas e desafios que enfrentamos, por isso é imperativo permanecer envolvidos e comprometidos com eles. Deve-se enfrentar o desconforto e a incerteza e trabalhar para encontrar soluções coletivas.

Karen Barad (2007) também examina a noção da ética da responsabilidade, que se baseia na ideia de que nossas ações têm impactos concretos no mundo e, portanto, devemos assumir a responsabilidade por esses efeitos. Ela sustenta que a prática da produção de conhecimento possui implicações éticas profundas e que os pesquisadores devem estar cientes das ramificações éticas de suas atividades de pesquisa. Além disso, a autora explorou o conceito de *mattering* que, em inglês, significa considerar o que é importante e quem merece atenção e cuidado. Ela argumenta que a ética não pode ser separada da política, pois nossas escolhas éticas desempenham um papel crucial na determinação das distribuições de poder e recursos no mundo.

Maike Weißpflug (2019) questionou a forma como a história do Antropoceno é

contada e como ela adquire status de uma narrativa que reformula a maneira como os humanos se relacionam com a Terra. O intelectual, no entanto, propõe repensar a narrativa do Antropoceno a partir da leitura de Hannah Arendt e Theodor W. Adorno. Para ele, a crítica de Arendt ao 'ponto de Arquimedes', sua compreensão da política como cuidado com o mundo e a ideia de Adorno de uma história natural, isto é, sua análise crítica sobre a dominação da natureza e a questão da tecnologia são reflexões fundamentais para repensar o arcabouço filosófico em direção a uma narrativa antropocênica ressonante que reconecta as atitudes e práticas dos humanos com as consequências das mesmas para o mundo em que vivemos

Bonneuil e Fressoz, (2016); Chandler (2018), argumentaram que os fundamentos ontopolíticos subjacentes aos novos modelos de governança ambiental no Antropoceno não contemplam a viabilidade de alternativas, mas, em vez disso, buscam validar o *status quo* do mundo atual. Nesse contexto, a perspectiva modernista é percebida como uma abordagem gerencial do Antropoceno, na qual o conceito pode ser apropriado e utilizado como a filosofia oficial de um novo sistema de geopoder tecnocrático voltado para o mercado. No entanto, Chandler (2018) sublinhou que é essencial que, no contexto do Antropoceno, essas visões que têm o ser humano como foco central e uma compreensão antropocêntrica do poder e da agência governamental sejam abandonadas.

O questionamento sobre o lugar de agência no *holoceno thinking* e a possibilidade de redefini-la no *Antropocene thinking* pode nos dirigir a pensar o lugar dos não humanos no discurso e na política de sustentabilidade. Se os próprios humanos detentores de suas próprias agências e ações que se centram nos interesses típicos humanos produzem políticas desiguais entre e para si, o que esperar dos seres não humanos?

Uma possível resposta para esta questão pode apontar para a promoção do diálogo ao nível ético e filosófico, político, intercultural, multidisciplinar, intergovernamental. Isso implica uma governança ambiental que não fique apegada aos conceitos econômicos que romantizam, como estratégia, o tratamento de questões complexas do ambiente de um lado, e de outro, a separação de hemisférios (Sul e Norte) como forma de identificar e descrever realidades impactadas pela externalidade de custos socioambientais, promovendo um discurso de ajuda (o bom samaritano) sem necessariamente colocar no centro da prática da boa governança ações coordenadas para soluções concretas.

1.5. Um foco para questões ontológicas

Yadvinder Malhi (2017) analisou a dimensão ontológica que o conceito do

Antropoceno reporta com base na percepção do Lorimer e sublinhou que o debate sobre uma nova época geológica emergiu e estimulou uma onda de novos pensamentos sobre se novas visões de mundo e entendimentos da natureza do ser são exigidas para abordar a natureza da vida em um planeta dominado por humanos. Mas, realmente, o conceito deslocou-se nas ciências naturais para se tornar um *zeitgeist cultural*, dinamizando muitos debates filosóficos, culturais e políticos sobre como compreender e responder à dominação humana da Terra. Ora, a percepção sobre as fronteiras planetárias e o feedback negativo da natureza (o clima e ecossistemas) tornou algo novo na história humana, sendo assim, muitos de nossos modos de pensar, ser e se comportar são desafiados por isso.

Malhi (2017) ainda afirmou que, desenvolveu-se, através do Latour e Viveiros de Castro, uma ontologia ‘multinatural’ para o Antropoceno, caracterizado por entidades híbridas, isto é, socionaturais, resultante de relações em agenciamentos não lineares. Latour é essencialmente crítico da persistência da fantasia ontológica moderna de decompor as pessoas da natureza que ele identifica no manifesto ecomodernista. Tsing (2019), ao falar a respeito da “virada ontológica”, apontou a existência dos múltiplos aparatos de conhecimento atuando simultaneamente. Para ela, as multiplicidades de conhecimento são nossas ontologias múltiplas. E questionou se poderia haver também outros tipos de multiplicidade. E a resposta para esta questão a direcionou para a consideração a seguir;

Ontologias são filosofias do ser, e não é claro para mim que qualquer organismo outro que humano se importe com filosofia. No entanto, talvez a situação mude quando consideramos o termo “ônticos” de Helen Verran. Ônticos não são filosofias, mas práticas em que modos de ser são performados (TSING, 2019, p. 263).

Humanos devem considerar ter ônticos e ontologias para perceber similaridade identitária entre diferentes existências. Isso implica redefinir, em certa medida, a forma como narramos a história, excluindo os não humanos. A forma como criamos narrativas é também um vício humano, um desejo de ocupar o centro e permanecer nele.

Nesta lógica de não diferenciação, a ação e agência recebe um tratamento conceitual diferente no Antropoceno. Segundo Ranziska Müller (2019, *apud* Braidotti, 2013; Braidotti, 2010; Haraway, 2016), à medida que as limitações e os perigos da atuação da agência do Holoceno são postos em evidência, as definições do Antropoceno de ator e agência podem abrir caminho para a inclusão de atores não humanos e das suas formas de expressar agência e permitir realçar o seu direito à existência. Uma compreensão ecológica e pós-humana do ator e da agência envolve um cuidadoso descentramento e

recentramento. Isto é, a agência humana deve ser descentralizada, enquanto a sobrevivência dos ecossistemas - sendo a humanidade uma parte dos mesmos - deve ser recentrada. Nesse sentido, a agência seria impulsionada pela solidariedade interespécies e transespécies e pela empatia pelas vulnerabilidades uns dos outros, uma vez que esses são os outros de todos.

Karen Barad (2007) investiga como os princípios da física quântica podem enriquecer nossa compreensão da ação e da ética ao sustentar que a concepção da realidade precisa ser reestruturada a partir de uma perspectiva que sublinha a inseparabilidade entre o observador e o observado, entre a matéria e o significado. Ela postula que as divisões convencionais entre sujeito e objeto, entre observador e observado, não têm utilidade na apreensão do mundo em sua essência. Em vez disso, ela propõe a ideia de *intra-ação* para descrever o processo pelo qual a matéria e o significado surgem de maneira indissociável em um contexto coeso.

Barad fundamenta suas teorias na noção de *entrelaçamento*, onde partículas subatômicas estão intrinsecamente interligadas de uma maneira que não pode ser compreendida de forma independente. Ela expande esse conceito para abranger o mundo em escala macro, argumentando que tudo está entrelaçado em uma intrincada teia de relações. Sendo assim, a realidade não é algo que exista de maneira independente de nós, mas é moldada de forma colaborativa pela interação entre os observadores e o ambiente circundante.

O capítulo intitulado *The Ontology of Knowing, the Intra-activity of Becoming, and the Ethics of Mattering*, Barad (2007), trouxe argumentos relacionados à ontologia da agência, argumentando que a realidade é intrinsecamente agencial. Em outras palavras, Barad sugere que todos os seres (sejam eles humanos ou não) possuem agência e desempenham um papel ativo na cocriação da realidade. Para ela, o conceito de intra-atividade é uma maneira de explicar como a agência e o significado surgem das interações entre esses seres. Esse conceito serve como a base ontológica de sua filosofia, enfatizando que os seres não têm identidades fixas, mas são definidos pelas conexões e relacionamentos em que estão envolvidos.

A noção de ontologia relacional de Eduardo Kohn (2013) propõe que a realidade é formada por redes de relações entre humanos e não humanos. Kohn rejeita a ideia de que apenas os humanos têm capacidade de comunicação, afirmando que ela ocorre em todo o reino natural por meio de signos e símbolos. Kohn (2013, p. 01) acredita que “encontros com outras formas de seres nos obrigam a reconhecer o fato de que ver, representar e

talvez conhecer, até mesmo pensar, não são exclusivamente assuntos humanos.”.

O filósofo e ecologista David Abram (1996) destacou a grande importância da experiência sensorial e da conexão profunda com o ambiente. Rejeitando a ideia de que a consciência é uma construção meramente mental, sustentando que ela é moldada de maneira intrínseca pela experiência sensorial direta. Essa proposição fundamenta-se na sua crítica de que a nossa cultura tende a privilegiar excessivamente a visão e a audição, em detrimento dos outros sentidos, resultando em uma visão empobrecida e limitada do ambiente.

Para Abram (1996), a linguagem está intrinsecamente ligada à ecologia e à cultura de uma sociedade, também as próprias línguas estão profundamente enraizadas em ecossistemas específicos. Portanto, a perda da diversidade linguística está intrinsecamente conectada à perda da diversidade ecológica. A visão de Abram sobre a linguagem vai além de uma simples ferramenta de comunicação; ele a considera uma maneira de engajar-se com o mundo ao nosso redor. Ele sustenta que a linguagem é uma extensão da nossa capacidade de perceber e interagir com o ambiente, enfatizando que os nossos sentidos desempenham um papel crucial na construção de significados e na nossa compreensão do mundo. (ABRAM, 1996). E, conseqüentemente, a forma como contamos a história sobre a natureza influencia nossa interação com ela (KOHN, 2013).

1.6. O ambiente como objeto de disputa: o caso de Nalus como uma arena de conflito ontológico

O ambiente muitas vezes constitui uma arena de conflito, devido às diferenças ontológicas. Ou seja, o próprio tratamento do ambiente, de acordo com Jalcione Almeida (2016), pode ser compreendido por meio de três abordagens principais. A primeira delas está relacionada à gestão e conservação, influenciada pela economia neoclássica e, conseqüentemente, pelo surgimento da economia ambiental. A segunda aborda o ambiente como um cenário de conflitos sociais. Já a terceira abordagem vê o ambiente como produto de esgotamento de paradigmas e na busca de novos “modelos” (influência da perspectiva sistêmica).

Em relação à primeira abordagem, Emma Marris (2011) argumentou que a concepção de uma natureza inalterada e intocável é ilusória, pois está em constante transformação. Desafiando assim a ideia convencional de que o propósito da preservação é recuperar a natureza a um estado prévio à influência humana. Para ela, há que se considerar o envolvimento humano para manter a biodiversidade, o que exige estabelecer

objetivos realistas e sustentáveis para a conservação/preservação.

É importante não perder de vista que a atividade de conservação pode envolver conflitos sobre a gestão de um determinado bem natural. O que nos dirige para a segunda abordagem. Em *Cultivating the Nile: the everyday politics of water in Egypt*, Jessica Barnes (2014) examinou como a administração da água do rio Nilo desempenhou um papel crucial na influência sobre as dinâmicas políticas e sociais ao longo dos tempos. Ela explorou o conceito de hidropolítica, que aborda a interseção entre assuntos políticos e a gestão dos recursos hídricos, investigando como o controle da água se entrelaça com o exercício do poder político e como as decisões relacionadas à água podem acarretar implicações significativas para a estabilidade política e social do país.

Ao descrever as práticas cotidianas relacionadas ao acesso, supervisão e uso da água, ela argumentou que os critérios que determinam a direção do fluxo de água em cada parte da rede de irrigação, a distribuição de escassez e abundância, a qualidade da água e sua salinidade, bem como quais terras devem prosperar ou permanecer em repouso, levantam questões cruciais sobre uma hidropolítica que envolve a alocação de prioridades em relação ao significado que a água assume para diversos atores dependentes do Nilo. (BARNES, 2014)

A hidropolítica abarca uma arena na qual diversos interesses estão em jogo: os agricultores que buscam desviar água do canal em direção ao deserto para expandir suas terras; os funcionários responsáveis por determinar que não podem redirecionar mais água para Fayoum sem comprometer a capacidade de tratamento do escoamento de água; os engenheiros na Barragem de Assuã que restringem as descargas pela barragem para prevenir a erosão das infraestruturas.

Portanto, a escassez que Om Fatma enfrenta é resultante, em parte, das limitações rigorosas no que diz respeito à quantidade de água que ela pode utilizar, mas também é causada por excessos em outras partes do sistema de gestão deste bem natural. Portanto, ainda que a política da água não se limite apenas aos níveis mais altos do governo, por ser moldada e influenciada por práticas cotidianas das pessoas comuns, a hidropolítica cria uma arena conflitante na medida em que as elites políticas e econômicas frequentemente obtêm vantagens em detrimento das comunidades menos favorecidas (Barnes, 2014).

No que diz respeito à terceira perspectiva, que aponta a questão de mudança nos paradigmas e, conseqüentemente, a busca por novos modelos paradigmáticos, ela nos convida a considerar a virada ontológica como um modelo teórico e filosófico essencial para entender como a arena de conflito se organiza. Isso vai além do confronto físico entre

atores sociais e tem suas raízes, em primeira instância, na maneira ontológica de perceber e interagir com o mundo. É neste sentido que Marisol De la Cadena (2015) examinou como as ontologias indígenas andinas entram em conflito com as abordagens ocidentais da natureza e como esses conflitos influenciam as políticas ambientais.

De la Cadena (2015) destacou a estreita ligação entre as práticas cotidianas das pessoas nas regiões dos Andes e as questões ambientais, onde as atividades humanas têm impacto no ambiente e são influenciadas por ele. Além disso, a maneira como as pessoas compreendem o mundo e a ecologia está relacionada às suas lutas políticas e demandas por direitos, que visam resguardar suas formas de relacionar com o ambiente. Portanto, há um foco significativo na importância da agência não humana, já que as comunidades estabelecem relações interpessoais e intersubjetivas com elementos não humanos, incluindo rituais, práticas de cura e outras formas de interação que desempenham um papel fundamental nas suas culturas.

Essas três perspectivas de tratamento do ambiente estão, de alguma forma, de acordo com o argumento de Almeida (2016) segundo quem o ambiente é uma fonte contínua de contradições, disputas e colaborações entre os agentes sociais, tornando-se um tema central tanto teórica quanto empiricamente. Ou seja, o ambiente é tratado como um objeto de estudo à medida que se analisa a lógica dos argumentos apresentados, os padrões das alianças formadas e as posturas e justificativas que buscam legitimidade em diferentes situações.

A variedade de cosmovisões coloca em xeque a perspectiva antropocêntrica dominante, que coloca os seres humanos no centro de todas as considerações, de um lado, mas também a visão ecocêntrica, por outro lado, atribui valor intrínseco à natureza. Isso pode levar à inquietação no interior da prática de conservação em relação às diferenças ontológicas e conseqüentemente, envolver disputas e alianças entre agentes sociais (Marris, 2011).

O modo ontológico dos Nalus que fundamenta a gestão local de bens naturais se vê na distribuição de parcelas de terra pertencente a cada povoação, que inclui também terrenos de habitação e de cultivo; existência de pequenos nichos florestais localizados nas florestas densas e sub-húmidas designados *matus malgos* (matos malgosse), que servem para o serviço de espiritualidade, não podendo ser retirado qualquer recurso; uso de florestas que rodeiam os matos malgosse, cujos recursos são de acesso limitado e servem apenas para a colheita de mel e lenha, de frutos e de raízes silvestres, bem como a caça. Essa organização nos fornece o entendimento de que a hegemonia Nalu sobre a gestão dos

“recursos naturais” se inscreve dentro de um quadro de relação de forças permanentemente negociada e ancorada pelos valores culturais (TEMUDO, 2009; 2012).

Ao observarmos a política em relação à Terra entre os Nalus, chama atenção um aspecto histórico. A nacionalização da terra depois da independência de Guiné-Bissau, em 1973, como o fator crucial que determinou novos rumos da política de preservação. Pois foi naquela altura em que representantes do Estado tomaram o protagonismo de preservar as matas de Cantanhez, que antes não eram oficialmente consideradas Parque Nacional. Fatores exógenos contribuíram para a redução, senão, subjugação desta forma de gestão cujo efeito deve-se ao programa de Ajustamento Estrutural devido às exigências de aumento da produção de caju e arroz, impulsionados pela subida dos preços para os produtores (TEMUDO, 2009).

Foi nesse contexto que, em 1985, ocorreu a concessão de 1200 hectares de terra à Diocese de Bissau para a criação de plantações de cajueiros, conhecida como a área da Ponta do Vitório ou S. Francisco da Floresta, que se tornou a maior plantação de cajueiros na região. Na década de 1990, a incerteza quanto à posse da terra, devido ao início das discussões sobre a Lei da Terra e a criação de um parque natural, desencadeou um processo de apropriação de terras em áreas de floresta aberta, marcando a entrada de novos atores em Cubucaré. Em 1992, foi introduzido o cultivo de pomares de mangueiras com a promessa de atender a um suposto mercado europeu, como parte de um projeto de proteção das florestas e criação de um parque natural. No entanto, as técnicas de cultivo de pomares introduzidas por esse projeto entraram em contradição com as técnicas agroflorestais tradicionais que, do ponto de vista agroecológico, parecem ser mais adequadas às condições locais e à necessidade global de desenvolver o potencial de captura de carbono (TEMUDO, 2009).

Esse fato teve efeito negativo na execução dos rituais que interditaram o acesso livre aos recursos naturais dos matos malgosse. Consequentemente, o conceito de democracia que provém das eleições de 1994⁵ Tornou-se motivo das contestações de diferentes grupos étnicos sobre o acesso e autonomia de uso dos recursos das florestas de Cantanhez (TEMUDO, 2009).

John W. Bruce *et al.* (1992) elucidaram que a concessão estatal oferece oportunidades para a grilagem de terras em grande escala. Isso, de fato, permitiu que a

⁵ As primeiras eleições em 1994 trouxeram o conceito de democracia entendido por restantes de etnias da região de Tombali como igualdade perante os direitos nacionais e locais, sobretudo na preservação ambiental, motivo pelo qual se contestaram à hegemonia do grupo étnico Nalu sobre a sua forma de utilização e preservação do meio ambiente (TEMUDO, 2012).

elite política e econômica obtivesse grandes extensões de terra pertencentes às comunidades rurais, sob a pretensão de estabelecer pomares de mangueiras, com a promessa de um mercado europeu que garantiria o acesso a financiamentos muitas vezes insuficientes. Além disso, essa prática resultou na incapacidade de aumentar a produção, o que culminou em conflitos com os pequenos agricultores. Esses conflitos têm raízes estruturais, uma vez que a terra passou a ser propriedade do Estado, levando ao desrespeito das regras e instituições do direito fundiário local, cujos modos ontológicos de relação com a natureza estavam sendo considerados residuais em comparação com a visão técnica e científica de abordar o ambiente.

Mas, na realidade, as técnicas de construção de pomares introduzidas contradizem as técnicas agroflorestais tradicionais, estas últimas que numa perspectiva agroecológica parecem de certa forma, estarem mais adaptadas às condições locais. Além disso, o documento do projeto (AD *et al.* 1992) afirma que a fruticultura e o cultivo de arroz foram responsáveis pelo desequilíbrio ecológico. Ocultando o fato de que foi a plantação de árvores frutíferas que levou à redução da área anual dedicada para o corte e queima, o que realmente contribuiu para um aumento significativo do coberto vegetal lenhoso. O projeto enfatizou a hipótese de substituição do cultivo de arroz de sequeiro pelo de bolanha doce, embora seja técnica que os agricultores usam apenas em tempo de crise alimentar, devido às suas desvantagens comparativas.

Atribuir a responsabilidade pela degradação ambiental aos habitantes de Cantanhez implica afirmar que a maneira como eles interagem com a natureza enfrenta uma crise, talvez “ontológica”. No entanto, na realidade, a intervenção do projeto expõe uma contradição e incompatibilidade entre duas abordagens socioprodutivas. De um lado, há um sistema de gestão que considera o ambiente como uma entidade viva e ativa, indo além da dimensão econômica e utilitária. Por outro lado, existe um regime de gestão baseado na técnica moderna que tende a adotar uma perspectiva de preservação e conservação, visando a exploração e a tomada de decisões não democráticas, onde o ambiente se torna uma “mercadoria” e, ao mesmo tempo, um objeto de estudo.

A iniciativa para a criação do Parque Nacional de Cantanhez teve início em 1992, por meio do apoio do escritório local da União Internacional para a Conservação da Natureza (IUCN) e de vários outros doadores que estimularam as três ONGs recém-criadas por servidores públicos a implementarem um projeto designado “salvaguarda das florestas de Cantanhez”. Durante o processo, foram nomeadas as instituições introduzidas externamente, cuja representatividade foi muito limitada, fato que

alterou a articulação do poder tradicional gerontocrático da população local sobre o uso e manejo das florestas de Cantanhez. Nesse sentido, o documento deste projeto não contou com a participação da população da região. Contrariamente, apenas agentes externos e um pequeno grupo de associações de agricultores e ONGs foram vistos como os principais protagonistas do projeto (AD *et al.* 1992).

O mais grave ainda é que o projeto demarcou as manchas florestais extrapolando as áreas das florestas sagradas dedicadas para atividade da espiritualidade, fato que intensificou a hostilidade entre ONGs, Estado e população local, porque perceberam que o acesso aos “recursos” está sendo reduzido a um número restrito de produtores. Além do mais, Temudo (2009) explicou que a entrada não regulamentada de profissionais do projeto, investigadores, financiadores e avaliadores (os brancos) nas áreas reservadas para práticas espirituais, seja para visitas ou para pesquisa que não exige a autorização dos Nalus, gera desconfiança entre outros grupos étnicos de que os Nalus tenham vendido suas terras aos brancos. Simultaneamente, os Nalus buscam entender por que suas florestas estão sendo invadidas, suspeitando que isso possa ser uma tentativa de apropriação de seus recursos naturais, lhes roubar os irãs⁶, o que constitui uma ameaça à sua cultura (TEMUDO, 2009).

A dimensão sagrada da natureza, que até na altura tornou possível preservar grandes volumes de floresta densa sub-húmida, foi danificada por intervenções de desenvolvimento. Tratam-se de leis fundiárias e projetos de criação de um parque natural que, sob o argumento de protegê-los da ação predatória das populações, investiu em atividades que pressupõem melhorar a compreensão sobre o ambiente a nível do ordenamento do território e delimitação de áreas florestais, bem como atividades de informação e sensibilização do público. Isto é, seminários, visitas de estudo, exposições fotográficas, produções cinematográficas e concursos escolares. Atividades estão destinadas à população urbana com vista à promoção da imagem de ONGs com doadores (TEMUDO, 2009).

Para Luís Catarino *et al.* (2012), o histórico da relação da população residente neste espaço com a natureza é o resultado do atual estado dos “recursos naturais” nesta região. Tratam-se de valores tradicionais ligados ao sistema de gestão dos recursos naturais, sobretudo da etnia Nalu, que admitiu a preservação dos recursos de forma bem conservada. Apesar que o fenômeno da utilização intensiva daquelas áreas acessíveis pode colaborar para aumentar a percepção de que as florestas de Cantanhez estão na

⁶ Entidades sobrenaturais.

situação de degradação rápida, é importante reconhecer que a futura manutenção da biodiversidade de Cantanhez só será possível se contar também com a participação e empenho dessa população.

O projeto de criação do Parque Nacional de Cantanhez, sem desvalorizar a violência física que nele decorreu e o fato de que coincidiu com o início de discussão sobre a lei da terra e, posteriormente, implicações conceituais e práticas da democracia nas relações interétnicas, envolveu uma violência simbólica. Afirmando isso na medida em que as ações de delineamento de território seguiram uma orientação técnica julgada como a mais viável para a conservação num cenário em que instâncias políticas e técnicas sobrepõem instâncias ontológicas tradicionais onde toda forma de gestão tradicional comunicava bem com a natureza

Nesta ordem de reflexão, até que ponto as florestas de Cantanhez⁷ se tornam uma arena em que disputas e alianças se formam. Formou-se, por exemplo, uma aliança pela juventude rural em Cantanhez para contrapor às desigualdades neste processo, criando assim a sua própria organização designada “União dos comitês de co-gestão dos Matos reservados de Cantanhez” (TEMUDO, 2009, p. 257). Tal organização criticava os mais velhos por serem facilmente persuadidos pelos agentes do projeto, o que revela um choque intergeracional movido pelo que Cantanhez representa para cada geração.

Temudo (2009) argumentou que o Protocolo de Kyoto de 1997 trouxe de volta a questão da gestão e preservação da biodiversidade, que havia sido central nas preocupações globais da Convenção do Rio-92. Isso ocorreu porque a biodiversidade deve ser considerada dentro de um contexto ecológico mais amplo. Portanto, pode-se concluir que a forma como as populações de Cubucaré gerenciam os “recursos naturais” que se fundamenta nas suas ontologias, está em consonância com essas preocupações. Isso se deve à dupla abordagem observada na proteção das vastas florestas e à contínua substituição de um sistema de produção que consome floresta por outro mais diversificado, baseado no cultivo de árvores frutíferas. Além disso, a estratégia local de produção, enraizada nos conhecimentos e métodos tradicionais de conservação, consegue

⁷ As Florestas de Cantanhez fazem parte da península de Cubucaré, povoada primeiramente pelos Nalus. O processo de multiplicidade etnolinguística se deu na região devido a entrada dos Fulas em meados de 1889 que obrigaram os Nalus que não foram cativos pelos mesmos a refugiarem pelas ilhas de Melo e Como. Os Nalus preocupados com as ameaças da etnia Fula que tinham o suporte dos portugueses antes do fim das chamadas “campanhas de pacificação” fizeram cerimônias solicitando aos irãs (os espíritos) que são donos do chão, a vinda de outros grupos étnicos considerados “hóspedes”. Isso serviu como estratégia política para assegurar a hegemonia sobre o território face à pressão crescente da etnia fula (CARVALHO 1949 apud TEMUDO, 2009). Tombali da qual Cubucaré faz parte é também chamada *Tchon Nalu* (a terra dos Nalus) por serem os primeiros a povoarem naquela região. Foram os responsáveis pela administração e distribuição da terra.

conciliar o crescimento econômico com a preservação da natureza.

Considerações finais

O caso apresentado acima demonstra como, em um contexto em que interesses econômicos e ideológicos conflitantes estão em jogo, surgem perspectivas profundamente diferentes sobre o valor da natureza.

É justificável analisar essa situação como uma condição que se encaixa nos desafios pós-independência da Guiné-Bissau, se considerarmos que as restrições estruturais subjacentes às demandas pela adesão à democracia e à abertura econômica resultaram na grilagem de terras e no “conflito interétnico”. Isso ocorreu porque outros grupos étnicos desafiaram a autoridade dos Nalus, argumentando que a democracia implicava na distribuição equitativa do poder de decisão sobre a administração dos recursos naturais. Da mesma forma, o estímulo à produção, incluindo o cultivo de castanha de caju, com a promessa de crédito no exterior, incentivou a elite política e econômica a fazer concessões de terras.

Esta situação envolve a integração da natureza em uma economia ambiental, na qual o conhecimento que sustenta as maneiras de interação entre a natureza e a sociedade se torna uma *commodity* valiosa. O conflito (inter)geracional e étnico que surge desse processo demonstra como o capitalismo e suas ideologias afetam as subjetividades e perspectivas dos grupos sociais.

Os Nalus e outros grupos étnicos em Cantanhaz lutam para manter suas estratégias sócioprodutivas, para garantir a subsistência, a autonomia em relação a um sistema patriarcal de gestão de bens naturais, além de manter suas formas de comunicação com a natureza e seus ancestrais. Ainda que estejam abertos a interagir com outra forma de vida, a ideia de que os “brancos” lhes roubam os irãs, constitui uma insegurança no plano espiritual e isso torna motivo, dentre outros, de defenderem seus territórios em um contexto em que o Estado não apenas é ausente, mas joga a favor de um novo projeto de conservação que lhes limitam acesso aos determinados lugares.

Nesse sentido, a noção de outridades ambientais - *environmental otherness* - (ALVES, 2022), pode oferecer explicação sobre a condição dos Nalus, pois abre possibilidades abrangentes, conversacionais, denunciativas, existenciais, políticas e de pertencimento. Isso pode ser um guia para: a) desenvolver relações mais completas; b) expandir perspectivas sobre o meio ambiente; c) reformular interações baseadas em diálogo; d) superar visões binárias, hierárquicas, colonizadoras e excludoras; e, e) definir

novas identidades, conexões e formas de convivência que, ao diversificar a vida, possibilitam o surgimento urgente de novas maneiras de existir que não perpetuem relações de dominação sobre diversas naturezas.

Portanto, é necessário um papel mais proeminente para as concepções ontológicas que desafiam a trajetória atual do nosso planeta. Devemos questionar a perspectiva de um engenheiro que, ao pertencer ao grupo dominante do Ocidente em termos de raça, gênero e orientação sexual, propõe uma engenharia geológica que restauraria os ecossistemas destruídos ao longo da história, repararia a camada de ozônio e ampliaria significativamente a distância entre nossa capacidade de destruição e as fronteiras planetárias. Esse engenheiro nos conduziria em direção a um "novo Holoceno" com uma nova filosofia de vida, em vez de uma cultura repleta de exclusões. No entanto, devemos questionar se essa geoengenharia e seu engenheiro representam uma espécie de "salvador" – “filho de um novo Deus” do Ocidente que nos oferece salvação por meio de um *eco-otimismo* desmedido em relação ao ambiente.

Quando me expresso de forma metafórica ou até mesmo utópica, meu objetivo é destacar que o debate acerca da relação entre a sociedade e a natureza ainda está enraizado no pensamento dualista e dicotômico cartesiano. Esse pensamento tem moldado o que é conhecido como discurso ecológico na esfera política e social, e ainda hoje é comum encontrar na literatura científica e no discurso político partidário a defesa da preservação da natureza baseada na ideia de que os ecossistemas estão sendo prejudicados pela intensificação da produção e do consumo. Isso leva à necessidade de uma atitude compassiva em relação à natureza, como se os seres humanos fossem entidades externas a ela.

No entanto, a manutenção do equilíbrio do ecossistema é crucial para a existência da vida no planeta, incluindo a vida humana. A preservação do ambiente não é apenas uma questão de garantir que outras formas de vida não humanas possam prosperar. Também não se trata apenas de corrigir injustiças cometidas contra a natureza e seus habitantes. A necessidade de cuidar do ambiente revela quão profundamente dependemos dele para nossa própria sobrevivência. Além disso, o período do Antropoceno evidenciou a ansiedade crescente diante da incerteza em relação aos perigos das mudanças socioclimáticas.

A discussão apresentada neste artigo pode ser percebida como "intrincada" quando analisamos três categorias de maneira isolada: governança ambiental, Antropoceno e conflitos ontológicos. No entanto, é importante destacar que esses elementos estão

interconectados. O surgimento do Antropoceno, por exemplo, desafia as instituições tradicionais de governança ambiental, que têm sido predominantemente influenciadas pelo que é conhecido como pensamento holocênico – *holocene thinking*, que tem excluído as ontologias, ou modo gerontocrático de administração de bens naturais, como aquele dos Nalus, por exemplo. Essas instituições abordam o ambiente a partir de instâncias técnicas e científicas.

No entanto, minha perspectiva sobre a discussão da governança ambiental no Antropoceno implica examinar o conflito ontológico como uma área que nos oferece *insights* para entender que a base subjacente da governança ambiental no Antropoceno consiste em princípios ou suposições fundamentais que guiam nossa compreensão da natureza e, por consequência, como ela deve ser gerenciada. Isso molda nossa visão de como os seres humanos interagem com o ambiente em um contexto ontológico, às vezes conflitante. Muitas das abordagens institucionais para lidar com a natureza têm suas raízes nas filosofias de Aristóteles e Descartes. Isso ocorre porque instâncias técnicas, científicas e administrativas geralmente partem da dicotomia entre natureza/cultura e mente/corpo, o que legitima a exploração e a tecnificação do ambiente/natureza. Nesse sentido, a noção de "recursos naturais" sugere uma compreensão utilitária da natureza, permitindo sua mercantilização.

Dito de outra forma, Alves (2022) exorta que a exigência por redefinição ontológica juntamente com a urgência de redescrição de um novo projeto societário para o período pós-COVID-19, inclui entre suas principais prioridades as questões relacionadas à alteridade e outridade ambiental. Inscreve-se nessa prioridade, portanto, o debate da governança ambiental no Antropoceno, pois apresenta efeitos sobre outras formas de existência - como a exclusão das ontologias Nalus e seu sistema de governança ambiental baseado na gerontocracia local. Isso requer uma análise crítica dos princípios subjacentes à governança ambiental das instituições democráticas de orientação neoliberal.

Referências Bibliográficas

ABBOTT, Kenneth; et al. Organizational ecology is an organizational diversity in global governance. *Global*, v. 20, 2014.

ABRAM, David. *The spell of the sensuous: perception and language in a more-than-human world*. Vintage Books, a division of Random House, New York and Random House of Canada Limited, Toronto. 1996.

AD, et al. *Salvaguarda das Últimas Florestas Primárias Sub -húmidas da Guiné -Bissau: Documento de Projeto (1992 -1994)*. Bissau, Acção para o Desenvolvimento,

Tiniguena e Alternague. 1992.

ALMEIDA, Jalcione. (Org). *Conflitos Ambientais e Controvérsias em Ciência e Tecnologia*. Adriana Paola Paredes Penafiel... [et al.] Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2016.

ALVES, Pereira Vilmar. *Outridades Ambientais: Contribuições Ontológicas aos Fundamentos da Educação Ambiental*. *Revista Perseitas* . 449-470, 2022. Disponível em: [https://www.Redalyc.Org/Articulo.Oa?Id=498974421018](https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=498974421018). Acesso em 07 de out. 2023.

ANDREW Pickering; PINCH, Trevor. KEITH Guzik. *The Mangle in Practice: Science, Society, and Becoming*. Duke University Press, 2008.

BARD, Karen. *Meeting the universe halfway: quantum physics and the entanglement of matter and meaning*. Duke university press. 2007.

BARNES, Jessica. *Cultivating the Nile: the everyday politics of water in Egypt*. Duke University Press, Durham and London, 2014.

BIERMANN, Frank; LÖVBRAND, Eva. *Anthropocene Encounters: New Directions in Green Political Thinking*. Cambridge University Press. 2019.

BONNEUIL, Christophe; FRESSOZ, Jean-Baptiste. **The Shock of the Anthropocene: the Earth, History and Us**. Ekfrase. 2016.

BRUCE, John, MOURA, Alexandrina, TANNER, Christopher. *Uma nova Lei da Terra para a Guiné-Bissau: necessidades e oportunidades*. Um Relatório Preparado para a USAID – Guiné -Bissau. Madison, University of Wisconsin, land Tenure center. 1992.

CHAKRABARTY, Dipesh. *O clima da história: quatro teses*. Sopro: Panfleto político cultural, 91, 2013.

CHANDLER, David. *Ontopolitics in the Anthropocene: An Introduction to Mapping, Sensing and Hacking*. *Critical Issues in Global Politics*. 2018.

DE LA CADENA, Marisol. *Earth Beings Ecologies of Practice Across Andean Worlds*. Foreword by Robert J. Foster And Daniel R. Reichman. Duke University Press. 2015.

DEPUY, Walker *et al.* *Environmental governance: Broadening ontological spaces for a more liveable world*. In: **Nature and space**, 2021.

ESCOBAR Arturo; PARDO Mauricio. *Movimentos sociais e biodiversidade no pacífico colombiano*. In: SANTOS, Boaventura de Sousa (Org). *Semear outras soluções: Os caminhos da biodiversidade e dos conhecimentos rivais*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. **Reinventar a emancipação social: para novos manifestos**. 2005.

HARAWAY, Donna J. *Staying with the Trouble: making kin in the Chthulucene*. Duke University Press. 2016.

HARDT, Judith Nora. *Security studies and the discourse on the Anthropocene Shortcomings, challenges and opportunities*. In: HICKMANN, Thomas et al. (Ed.). **The Anthropocene debate and political science**. Routledge, 2019.

HICKMANN, Thomas et al. (Ed.). **The Anthropocene debate and political science**. Routledge, 2019.

JENSEN, Casper Bruun. New ontologies? Reflections on some recent 'turns' in STS, anthropology and philosophy. Em: **European Association of Social Anthropologists**. 2017.

KOHN, Eduardo. *How Forests Think: toward anthropology beyond the human*. Library of Congress Cataloging-in-Publication Data. University of California Press. 2013.

LATOUR, Bruno. **Jamais fomos modernos**. Editora 34, 1994.

LATOUR, Bruno. Onde aterrar? **PISEAGRAMA**, Belo Horizonte, número 14, página 100 - 109, 2020.

LATOUR, Bruno; WEIBEL, Peter. *Making things public: atmospheres of democracy*. ZKM-Center for art and Media Karlsruhe. Cambridge university press. 2005.

LEFF, Enrique. *Os direitos ambientais do ser coletivo*. In: LEFF, Enrique. **Saber ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade e poder**. 11 ed. – Petrópolis, RJ Vozes. p. 346-370. 2015.

LEMONS, Maria Carmen; AGRAWAL, Arun. Environmental governance and political Science. Em: DELMAS, Magali A. *Governance for the Environment: New Perspectives*. Cambridge University Press. 2009.

LORIMER, Jamie. *The Anthropocene: A guide for the perplexed*. Social Studies of Science. in: **School of Geography and the Environment, University of Oxford, Oxford, UK**. 2017.

LÖVBRAND, Eva; BECK, Silke; CHILVERS, Jason *et al*. *Who Speaks for the Earth? How Critical Social Science Can Extend the Conversation on the Anthropocene*. Global Environmental Change. 2015.

LUNDERSHAUSEN, JOHANNES. *Disentangling descriptions of and responses to the Anthropocene: norms and implications of scientific representations of the Earth system*. In HICKMANN, Thomas et al. (Ed.). **The Anthropocene debate and political science**. Routledge, 2019.

MAGALI A. Delmas, ORAN R. Young, *Governance for the Environment: New Perspectives* Cambridge University Press 2009.

MALHI, Yadvinder. The concept of the Anthropocene. *Annual Review of Environment and Resources*. 42: 77-104. 2017.

MARQUARDT, Jens. *Worlds apart? The Global South and the Anthropocene*. In: HICKMANN, Thomas et al. (Ed.). **The Anthropocene debate and political science**. Routledge, 2019.

- MARQUARDT, Jens. *Worlds apart? The Global South and the Anthropocene*. Em: HICKMANN, Thomas, et al. (ed.). **The Anthropocene debate and political science**. Routledge, 2019.
- MERT, AYŞEM. Democracy in the Anthropocene: A New Scale. Em: BIERMANN, Frank; LÖVBRAND, Eva. *Anthropocene Encounters: New Directions in Green Political Thinking*. Cambridge University Press. 2019.
- MOL, Annemarie. *Política ontológica: algumas ideias e várias perguntas*. Amsterdam Institute for Social Science Research (AISSR). 2018.
- MÜLLER, Franziska. International theory in the Anthropocene: moving beyond species, state and governance. In: HICKMANN, Thomas et al. (Ed.). **The Anthropocene debate and political science**. Routledge, 2019.
- PINTO, Débora, Livro mapeia ideologias ecológicas no Antropoceno, Em: **o Eco**. 2021. Disponível em: <https://oeco.org.br/reportagens/livro-mapeia-ideologias-ecologicas-no-antropoceno/>. Acesso em 05 de Mai de 2022.
- TEMUDO, Marina Padrão. A narrativa da degradação ambiental no Sul da Guiné-Bissau: uma desconstrução etnográfica. **Revista do Centro em Rede de Investigação em Antropologia**, v. 13, n. 2, p. 237-264. 2009.
- TEMUDO, Marina Padrão. Conservation and Society: “The White Men Bought the Forests”: Conservation and Contestation in Guinea-Bissau, Western Africa. **Tropical Research Institute, Lisbon, Portugal and African Studies Center**. University of Oxford, UK, 2012.
- TSING, Anna. *Viver nas ruínas: paisagens multiespécies no Antropoceno*. Brasília: IEB Mil Folhas, 2019.
- WALLBOTT, Linda. *The Practices of Lobbying for Rights in the Anthropocene Era: Local Communities, Indigenous Peoples and International Climate Negotiations*. Em: PATTBERG, Philipp, ZELLI, Fariborz. *Environmental Politics and Governance in the Anthropocene: Institutions and Legitimacy in a Complex World*, Cheltenham. 213–230. 2016.
- WEIßPFLUG, Maike. A natural history for the 21st century: rethinking the Anthropocene narrative with Arendt and Adorno. In HICKMANN, Thomas et al. (Ed.). **The Anthropocene debate and political science**. Routledge, 2018.
- WIDERBERG, Oscar. Mapping institutional complexity in the Anthropocene: A network approach. Em: PATTBERG, Philipp; ZELLI, Fariborz. *Environmental Politics and Governance in the Anthropocene Institutions and legitimacy in a complex world*. Routledge. 2016.
- YAMAKOSHI, Gen; LEBLAN, Vincent. Conflicts between indigenous and scientific concepts of landscape management for wildlife conservation: human chimpanzee politics of coexistence at Basso, Guinea. **Revue de primatologie**. 2013.

YUSOFF, Kathryn. *A Billion Black Anthropocene or None*. University of Minnesota Press Minneapolis. 2018.